

AGRICULTURA FAMILIAR: LUCRATIVIDADE E SUSTENTABILIDADE¹

FAMILY AGRICULTURE: PROFITABILITY AND SUSTAINABILITY

Maristela Simões do CARMO²

RESUMO

A agricultura familiar deve ser o centro do modelo de reestruturação dos sistemas agroalimentares e de uma ruralidade socialmente sustentável. Ao tomar decisões para produzir, o agricultor familiar apresenta diferenças básicas em relação aos empresários capitalistas, que se refletem na formação dos preços das mercadorias. Na lógica capitalista o preço deve conter, além do custo médio total de produção, o lucro médio esperado da atividade na economia e a renda da terra. Na agricultura familiar, não há a imposição do preço da mercadoria conter as fatias do lucro e da renda. Ademais, o agricultor familiar não remunera sua mão-de-obra e nem seu trabalho "empresarial". Como o objetivo primeiro desse agricultor é a subsistência familiar, a acumulação não é o fim único para a satisfação das suas necessidades. Sua sustentabilidade se dá mais em função da sua reprodução social e das possibilidades de obter uma renda para cobrir as despesas efetivas no curto prazo e repor os meios de produção no longo prazo, do que em tentativas de valorizar o capital na busca da taxa média de lucro da reprodução ampliada. O efeito é um rebaixamento nos custos de produção e no preço da mercadoria. Esse mecanismo conduz, dado o peso que a produção familiar ainda tem na oferta agrícola mundial, a uma diminuição dos custos médios de produção e dos preços dos produtos agrícolas, e também a menores necessidades econômicas para manter os agricultores familiares na produção.

Palavras-chave: *agricultura socialmente sustentável, reprodução familiar, formação de preços.*

⁽¹⁾ Este trabalho foi apresentado no XV ISA World Congress of Sociology 2002, no Rc-40 – Session: The Global Farm Crisis: Comparative Perspectives, Brisbane, Austrália, realizado de 7 a 13 de julho de 2002. Contou com o apoio financeiro da FAPESP, instituição à qual a autora agradece.

⁽²⁾ Profª da Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA)/UNESP - Botucatu e Profª Drª colaboradora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI)/UNICAMP. CP 237, CEP 18603-970, Botucatu - SP, fax 14-68215467. E-mail: stella@fca.unesp.br e stella@agr.unicamp.br

ABSTRACT

Family agriculture must be the center of socially sustainable rurality and agrifood systems restructuring models. Production decisions by family farmers present basic differences comparing to capitalistic entrepreneurs, with reflections on price formation. According to the capitalistic logic, price should include, in addition to total average production costs, the average expected profit for a specific activity and land rent. In family agriculture, prices do not necessarily contain profit and land rent. Moreover, family farmer may not remunerate his own labor or his "managerial work". As the farmer's prime objective is family subsistence, accumulation is not its only goal. His sustainability is due more to his social reproduction, to his chances of obtaining enough income to cover his expenses in the short run, and to restore the production means in a long run, than to increase capital. The result is lower production costs and prices. Given the relevance that family production still has in the world agricultural supply, that mechanism leads to a decrease in the average production costs and prices of agricultural products, and also to smaller economic needs to maintain family farmers in the production.

Key words: *socially sustainable agriculture, family reproduction, price formation.*

1. INTRODUÇÃO

A agricultura moderna, originária do que se conhece como as revoluções agrícolas, vem capitaneando a história do desenvolvimento rural no sentido de libertar o homem do jugo e do medo da falta de alimentos. A base da agricultura capitalista, historicamente advinda de grandes posses territoriais da nobreza medieval, absorveu o campesinato em transformações e especializações atreladas, em cada país, ao caráter do trabalho familiar, ao tamanho do estabelecimento e à natureza da produção.

Do ponto de vista econômico a produção familiar, visualizada como um conjunto, se contrapõe a outro de empresários capitalistas, no que se refere a elementos básicos e limitantes na lógica de tomar decisões para produzir. Ou seja, existem diferenças básicas entre esses dois conjuntos que influenciam o processo de produção, os custos de produção e o preço das mercadorias agrícolas, e cujos desempenhos levam a resultados diversos.

Os países desenvolvidos concretizaram a modernização agropecuária do pós-segunda guerra mundial, conseguindo aumentos na produção de alimentos bem acima das necessidades internas de consumo, ao mesmo tempo em que estabeleceram programas de sustentação de preços agrícolas que evitaram o rebaixamento da taxa de lucratividade da agricultura relativamente aos demais "setores" da economia. Enveredando por uma distribuição menos concentrada da terra, e aparelhando a propriedade familiar, economicamente viável, para ser o suporte da produção agropecuária, esses países estabeleceram a modernidade agrícola na efetivação da agricultura familiar (VEIGA, 1991).

Embora não se possa dizer o mesmo em relação aos países subdesenvolvidos, os reflexos dessa modernização foram mais ou menos intensos conforme a história social e política de cada país, e o grau de importância dado aos segmentos patronal e familiar, o que seguramente levou ao diferencial social entre crescimento da economia e desenvolvimento econômico.

De outro lado, quando se pensa em desenvolvimento que seja sustentável³ é necessário o estabelecimento de políticas públicas voltadas ao funcionamento sistêmico das unidades produtivas em sua totalidade, principalmente no que se refere à diversidade, seja do ponto de vista produtivo, seja social. Nesse caso, uma política que privilegie a evolução do sistema familiar de exploração tem papel fundamental no sentido de garantir a estabilidade da produção agropecuária, e também as necessidades sociais no campo (CARMO, 2001).

O objetivo deste trabalho é, a partir de uma reflexão de como os preços dos produtos se formam na agricultura, e da dinâmica do sistema de exploração familiar agrícola, apontar as possibilidades de ela vir a se tornar a categoria social por excelência no estabelecimento de uma outra agricultura que seja ambiental e socioeconomicamente mais sustentável. Suas diferenças na lógica de tomar decisões, em relação aos empresários capitalistas, a tornam mais apta em direção a um processo produtivo que almeje privilegiar uma agricultura durável ambientalmente e sem iniquidades sociais.

2. MARCO TEÓRICO

2.1 Formação dos preços na agricultura

O preço de mercado de um bem produzido e comercializado numa economia capitalista embute, necessariamente, o preço de

custo da mercadoria e o lucro sobre os meios de produção investidos, embora esses sejam a forma transfigurada da *mais valia*⁴ (MARX (a), s.d.:39).

O lucro, que é a manifestação histórica da evolução do modo de produção capitalista, é a categoria com a qual se procura diferenciar o valor de mercado do custo de produção da mercadoria. Porém, o valor da mercadoria pode não ser o mesmo do preço de venda, uma vez que, no mercado, fatos circunstanciais e concorrenciais podem provocar a desigualdade entre esses dois montantes. O importante é que, mesmo que a mercadoria seja vendida abaixo do seu valor, a fração correspondente ao lucro permanece, de tal forma que o preço de custo fixa o limite inferior do preço de venda da mercadoria (MARX (a), s.d.:40). Ademais, a concorrência entre os capitais nos diferentes ramos da economia, ao mesmo tempo que leva a uma taxa geral de lucro que se expressa no lucro médio esperado, conduz os preços diferenciados na consolidação de uma média para os preços de mercado ou de venda.

Na agricultura, aos preços da mercadoria é preciso ainda acrescentar a parte relativa aos recursos naturais no processo produtivo, em especial a terra. A partir do momento em que o modo de produção capitalista se generalizou também na agricultura, a propriedade fundiária, símbolo do monopólio privado da terra, garantiu a obtenção de uma renda aos seus possuidores, pelo simples fato de a possuírem. Para MARX (b), s.d.: 709, "... e ainda separa de todo a terra como

⁽³⁾ Entende-se o sustentável como um desenvolvimento social e de progresso econômico, mantendo e conservando os recursos naturais, origem do futuro comum de uma humanidade que pretende tornar os impactos econômicos sobre o meio ambiente coisa do passado. Logo, o processo de transformação transcende os limites geográficos e políticos, e coloca a sobrevivência de todas as espécies como seu objetivo maior, sendo o ambientalismo a face política desse processo que representa uma subversão aos valores atuais, recolocando antigas questões como cultura e ética.

⁽⁴⁾ Este trabalho não pretende entrar no mérito da origem do lucro a partir da divisão do capital em constante e variável. Apenas para esclarecimento, segundo MARX (a), s.d.: 39, "Não se distinguindo, na formação aparente do preço de custo, entre capital constante e capital variável, é mister transferir da parte variável do capital para o capital todo a origem da mutação de valor, ocorrida durante o processo de produção". E complementa na página 46: "Relativamente, *mais valia* e *taxa de mais valia* são o invisível, o essencial a investigar, enquanto a taxa de lucro e, por conseguinte, a *mais valia* sob a forma de lucro transborda na superfície dos fenômenos" (grifos da autora).

condição de trabalho, da propriedade fundiária e do proprietário, para quem a terra nada mais representa que um tributo em dinheiro que o monopólio lhe permite arrecadar do capitalista industrial, o arrendatário". Dessa forma, a terra, à semelhança do servo da gleba, se liberta das "amarras" da tradição política e social feudal, e assume gradativamente a sua formatação econômica no capitalismo desenvolvido.

Na origem da renda paga pela exploração do solo, a classe social emergente, os capitalistas-industriais-arrendatários, se contrapõe na esfera produtiva aos proprietários de terras, e é obrigada a lhes pagar a renda fundiária em suas diversas manifestações⁵. Essa se destaca do montante da *mais valia* extraída do trabalho transfigurada na forma de lucro, que paga aos senhores territoriais para poderem aplicar seu capital na produção agrícola.

O preço final da mercadoria, no mercado, tem assim que cobrir, de alguma forma, as remunerações das três grandes classes sociais existentes no capitalismo: os trabalhadores, cujos salários fazem parte do preço de custo, o lucro, como a retribuição ao capital empregado pelos capitalistas-arrendatários, e a renda da terra, reservada aos seus donos⁶. Assim, o preço, ao refletir as relações de produção sob o regime capitalista, vai comportar, além dos custos de produção em que se encontra a remuneração dos trabalhadores, as frações correspondentes às remunerações dos agentes econômicos das outras classes sociais.

Na visão dos economistas neoclássicos, o processo produtivo sob concorrência

perfeita é regulado pelo sistema geral dos preços relativos, de tal forma que a procura pelo lucro estimula a produção e se otimiza, socialmente, pela competitividade. Ao optar pela maximização do lucro, enquanto racionalidade econômica das empresas, esses autores embutem nos custos totais o lucro considerado "normal", ou seja, sem lucros extras, uma vez que a concorrência perfeita elimina essa possibilidade. Embora sem referência explícita, a renda da terra é parte desse lucro. Assim, os *custos totais de produção* incluem os custos de produção, o lucro (mais a renda da terra) e a remuneração a que o empresário tem direito por ser um trabalhador como os demais. A identidade receita total e custos totais viabiliza o empresário capitalista na produção em concorrência perfeita (LEFTWICH, 1983). O preço da mercadoria, portanto, não é um valor que deva remunerar as diferentes classes sociais, mas sim comportar e refletir, no mercado, o embate das produtividades dos diferentes fatores de produção.

Tudo se passa como se a empresa capitalista fosse apenas "uma unidade de produção definida e equipada de meios de produção importantes, postos em funcionamento por trabalhadores assalariados" (AMIN & VERGOPOULOS, 1977), de tal sorte que, no nível das aparências, o capitalismo se resume ao conjunto funcional das empresas capitalistas.

No entanto, sob o ponto de vista do capital como uma relação social, independentemente se a renda da terra é escamoteada no montante do lucro médio, ou se ela é separada conceitualmente enquanto a fatia reserva-

⁽⁵⁾ A renda da terra se divide em renda absoluta e renda diferencial. A primeira constitui o montante a ser pago ao proprietário pelo uso da terra enquanto monopólio da propriedade privada. Já a renda diferencial diz respeito ao uso da terra enquanto recurso para a produção econômica, ou seja, "A renda diferencial que estudamos até agora decorre da produtividade diversa de aplicações iguais de capital em terras de área igual e fertilidade desigual, de modo que a renda diferencial era determinada pela diferença entre o rendimento do capital empregado na pior terra, desprovida de renda, e o do capital empregado em terra melhor" (MARX (b), s.d.: 771) Mais especificamente renda diferencial I se reporta às diferenças na fertilidade do solo e na localização da propriedade em relação às condições locais de infra-estrutura e mercados de insumos e produtos, e a renda diferencial II refere-se às diferenças alcançadas na aplicação da tecnologia na produção.

⁽⁶⁾ Quando os donos dos meios de produção e o proprietário da terra são a mesma pessoa, lucro e renda coincidem, não se "...destacando as diferentes formas da mais valia" (MARX (b), s.d.: 921).

da aos proprietários de terra, o preço final de mercado dos bens produzidos no capitalismo devem conter além dos custos de produção, o lucro médio esperado reservado aos empresários-capitalistas, as rendas diferenciais I e II (se houver) e a renda absoluta, remunerações aos proprietários da terra.

Embora a formação dos preços pela teoria econômica e a sua efetivação nas trocas comerciais constituam faces de uma mesma moeda, as incertezas quanto ao preço recebido pelos agricultores e o preço esperado pelo produto à época da tomada de decisão para produzir vão sempre existir nos diferentes tipos de concorrência mercantil, à exceção dos monopólios puros.

A instabilidade dos preços de mercado é uma característica do capitalismo. E a redução de o risco dos preços de mercado flutuarem abaixo dos preços esperados, que contém as fatias do lucro médio e renda da terra, vai depender das políticas públicas de sustentação dos preços de venda das mercadorias agrícolas, que estimulem os empresários capitalistas a manterem seus capitais na agricultura. De toda forma, se por um longo período de tempo não for incorporado o lucro médio e a renda da terra nos preços de mercado, os empresários capitalistas, muito provavelmente, saem da atividade e vão em busca de investir seu capital em outras áreas de economia.

2.2. A Dinâmica do Sistema de Exploração Familiar Agrícola (SFEA)

A importância da pequena produção⁷ e a sua persistência em um mundo que, cada

vez mais, negava (e ainda nega) sua existência configurada pelos movimentos reguladores da economia capitalista, ou pela atuação de intelectuais que previram a sua extinção nas décadas pós-Marx, foram a preocupação primeira de Chayanov⁸ em suas pesquisas na Escola para a Análise da Organização e Produção Camponesas. Tanto Lenin⁹ quanto Kautsky¹⁰, ao estudar a diferenciação social dos pequenos agricultores, acabaram postulando o declínio irremediável e a posterior extinção da produção camponesa. No emparelhamento da agricultura e da indústria, a preferência lógica para a grande produção é função da necessidade de se acumular capital e de incorporar tecnologia, e, por conseqüência, de se modernizar, o que, dificilmente, seria conseguido pela pequena produção.

Os pesquisadores da Escola da Organização da Produção, no entanto, tinham em conta que a tecnologia estava associada à maneira prática como a economia camponesa atuava. Na realidade, a racionalidade própria de uma organização familiar camponesa, se não levada em consideração pelos promotores da tecnologia, impedia que as inovações pudessem ser introduzidas eficazmente, e era necessária uma teoria além dos pressupostos capitalistas para que se pudesse compreender a economia camponesa e sua permanência.

Uma unidade de produção camponesa, aqui entendida como *tipicamente* familiar, ou seja, talvez a mais familiar de todas por não empregar trabalho assalariado, não pode ser considerada como *tipicamente* capitalista. Isso porque ao computar seus custos de produção não há uma remuneração objetiva da mão-de-obra familiar, deixando de computar *salários*, categoria econômica capitalista por excelência.

⁽⁷⁾ Não é intenção desse texto discutir as configurações e recortes do debate sobre a pequena produção e o campesinato.

⁽⁸⁾ Para finalidades dessa pesquisa basicamente adotou-se a construção teórica de Chayanov. A partir dos seus minuciosos levantamentos empíricos surgiu a "Teoria sobre a Unidade Econômica Camponesa", em que o autor construiu categorias analíticas específicas correspondentes às formas particulares de vida dos camponeses.

⁽⁹⁾ LENIN, Vladimir I. Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1980. (Coleção *Alicerces*), 100p.

⁽¹⁰⁾ KAUTSKY, K. A Questão Agrária. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

Logo, o excedente obtido pelo agricultor camponês e sua família não é caracterizado como *lucro*, mas somente como uma retribuição do seu trabalho que vai ser gasto no consumo familiar de bens e serviços (CHAYANOV, 1974).

Os princípios básicos do comportamento social e econômico do campesinato foram estabelecidos partindo do pressuposto de que a economia familiar camponesa é um fenômeno em si mesma, e, portanto, ela não é descapitalizada por ser pequena e tampouco é pequena por ser descapitalizada. O fundamental é procurar nas suas relações internas e externas quais os mecanismos que fazem funcionar a engrenagem do trabalho familiar na obtenção do produto familiar. A lógica da pequena produção camponesa faz com que ela se movimente em função do trabalho e necessidades de consumo familiares, sendo portanto diferente da lógica da circulação do capital e acumulação capitalista.

O ponto central da teoria da unidade camponesa reside no conceito estabelecido do equilíbrio existente entre o consumo da família e a exploração da mão-de-obra familiar conjunta (auto-exploração), conhecido como o *balanço trabalho-consumo familiar*. Assim, a unidade camponesa organiza sua produção em função das necessidades de consumo, e mais, é motivada por uma retribuição do seu trabalho que lhe permita equilibrar suas necessidades com a intensidade desse mesmo trabalho. É nesse equilíbrio, dado pela satisfação das necessidades de consumo de bens e serviços pela família e a quantidade de trabalho empregada, que se apóia a originalidade da teoria *chayanoviana*.

Dessa maneira, o momento no qual o camponês pára de trabalhar é aquele em que, para ele, ir além significa uma sobreexploração do seu esforço que só vai lhe dar insatisfação face às suas necessidades culturalmente definidas, pois, dentro da lógica não capitalista camponesa, o principal é obter condições para a sua sobrevivência e reprodução social, sem a necessidade de se auto-remunerar

com salários, e muito menos se preocupar em obter a taxa média de lucro motora da empresa capitalista.

A partir dessa premissa são, logicamente, encadeados outros princípios, como o da *diferenciação demográfica*. A satisfação das necessidades familiares e o grau da auto-exploração do trabalho se dá em função do tamanho da família e da proporção entre os membros que trabalham e os que apenas consomem. Ou seja, essa relação consumidor/ produtor está intimamente ligada ao ciclo familiar, a fase na qual se encontra a família (recém-casados, nascimentos, falecimentos). A família modifica-se ao longo do tempo cunhando uma diferenciação demográfica e alterando, portanto, o balanço consumidores/ trabalhadores.

A produção, produto bruto da unidade econômica familiar, se apresenta como fruto da atividade inseparável, indivisível e única da família, e a leva a receber, como resultado do seu trabalho, uma quantidade de bens e serviços que não pode ser considerada "lucro", "renda" ou "juro" (categorias que expressam fenômenos sociais estritamente capitalistas) por dois motivos. Primeiro porque não se pode objetivamente determinar os custos de produção dessa unidade camponesa, visto não existir salário ou mão-de-obra assalariada; e segundo, pelas dificuldades em se definir claramente a natureza e a origem de seus rendimentos, uma vez que os "fatores" geradores de renda têm vinculações completamente diferentes da exploração capitalista.

Assim, a família é a principal categoria de análise para Chayanov, que a considera como um conjunto de produtores e consumidores, ou melhor, uma *unidade de trabalho e de consumo*. Para ele a conceituação mais abrangente é que "A unidade econômica camponesa é uma empresa na qual empresário e trabalhador se combinam em uma só pessoa" (CHAYANOV, 1974). Genericamente pode-se ficar com o conceito de que família e negócio estão indissolivelmente associados, de forma

que a família é a principal preocupação nas tomadas de decisão desses agricultores.

Corroborando as teses *chayanovianas*, ao afirmar que o campesinato sobreviveu a todas formações econômicas e sociais, resistindo às transformações na passagem de um modo de produção a outro, TEPICHT, 1973, pondera que ele manteve, em todas as épocas, características universais, tais como: unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e a família; uso intensivo do trabalho; e natureza patriarcal da organização social. Outra característica do “modo de produção camponês”, segundo esse autor, é que ele garante o rebaixamento do preço dos alimentos em relação ao preço cobrado pelas grandes empresas capitalistas, pois o objetivo central da produção camponesa não é a elevação constante da taxa média de lucro, mas sim uma renda que satisfaça as necessidades básicas da reprodução familiar.

WOLF, 1970, por sua vez, considera que “A propriedade (terra) é tanto uma unidade de produção quanto um lar e às sociedades camponesas correspondem uma série de valores próprios, cercados de construções simbólicas que ultrapassam parâmetros de utilidade”.

Dessa forma, a unidade de produção familiar camponesa apresenta uma lógica que lhe é peculiar, diferente da lógica da exploração capitalista, posto que é a composição familiar que determinará os limites, máximo e mínimo, do volume das suas atividades. É por isso que se coloca como objetivo principal da unidade camponesa a produção de valores de uso e não apenas única e exclusivamente como na unidade empresarial capitalista, valores de troca.

Ao se operacionalizar a unidade familiar na produção agrícola, pode-se interpretá-la a partir de uma abordagem de sistemas. Conceitualmente, sistemas agrários implicam a explicação das mudanças históricas e das adaptações geográficas dos processos de produção, levando ao entendimento dos modos de exploração por uma sociedade rural, em um determinado espaço, resultado da combinação de fatores naturais, socioculturais, econômicos e técnicos (MAZOYER, 1988).

Os principais traços do sistema familiar de exploração agrícola referem-se aos seus componentes, a uma rede de comunicações e aos limites, configurando à unidade familiar a estrutura e o funcionamento de um sistema de produção.

A sua estrutura é composta pelos meios de produção, parcelas plantadas, animais, benfeitorias, insumos, trabalho físico e intelectual, estoques, e todos os produtos frutos da exploração. Esses elementos são organizados, estruturados, hierarquizados em sistemas de produção e subsistemas (cultivo, criação) que facilitam a sistematização do processo de produção agrícola¹¹ (DUFUMIER, 1985).

No funcionamento dessa estrutura se observam as relações que permeiam o sistema. As funções mais importantes, definidoras dessas relações, são a função de produção (processo de transformação física); a função de intercâmbio (processo de troca com o entorno geral do sistema, em particular, trocas comerciais); as funções de decisão e de regulação (processo de repartição dos meios disponíveis). O funcionamento do SFEA como o conjunto de todas essas funções representa

¹¹ Pode-se definir *sistema de produção* como a “combinação coerente, no espaço e no tempo, da força-de-trabalho (familiar, assalariada e parceria) e dos meios de produção (terra, máquinas e equipamentos, instrumentos de trabalho, benfeitorias, animais, insumos, etc.) visando à obtenção de diferentes produções animais e vegetais. Na medida em que é o produtor que organiza essa combinação, segundo uma determinada racionalidade (no caso dos agricultores familiares, visando à reprodução social da família), é possível entender o papel de cada elemento do sistema e com isso a lógica de seu funcionamento como um todo, bem como, avaliar o grau de coerência ou contradição do mesmo” (DUFUMIER, 1985). Logo, o sistema de produção é a combinação das produções e dos fatores de produção da propriedade (conceitos agronômicos e econômicos), englobando os sistemas de cultivo e de pecuária, manejados dentro dos limites de ocupação espacial da área explorada, dados pelas quantidades disponíveis de terra, mão-de-obra e capital.

os fluxos físicos, os intercâmbios e as decisões (DURAND, s.d.).

Cabe perceber que a todo momento, no funcionamento do sistema, deve existir um equilíbrio entre as necessidades e os recursos disponíveis da família. Esse equilíbrio mostra a importância dos mecanismos de regulação, que garantem a reprodutibilidade do sistema e de sua permanência, embora em constante transformação ao longo do tempo. Não é, portanto, uma estrutura fixa.

A família orienta os processos de transformação com os recursos em trabalho, meios de produção e dinheiro, que reparte segundo seus objetivos de produção, consumo, auto-exploração e reserva de patrimônio familiar. O agricultor e sua família, dentro de um projeto familiar, têm que tomar decisões que dão a dinâmica do SFEA e vão depender, basicamente, do ciclo de vida da família. As diferenças entre um agricultor chefe da família, jovem, maduro ou velho, se refletem na quantidade de mão-de-obra, no volume de produção para subsistência, no patrimônio acumulado, na transmissão hereditária da terra, entre outros condicionantes, para a maximização do bem-estar coletivo.

O grupo familiar tem que tomar, constantemente, decisões estratégicas, táticas e técnicas. As decisões estratégicas dizem respeito à continuidade do projeto familiar. Implica considerar a racionalidade dos agricultores que formulam suas decisões em partes, e vai determinar o desenho dos sistemas de produção.

Após o estabelecimento do projeto geral estratégico sobre o sistema de produção é que ocorrem as decisões táticas, levando-se em conta as restrições existentes com relação à constelação de "fatores de produção". Para a realização concreta das operações necessita-se, em seguida, das decisões de caráter mais técnico, portanto de um conjunto de decisões mais detalhadas, em que se destacam o conhecimento acumulado e as práticas dos

agricultores, que são, na realidade, o resultado da aplicação das técnicas pelo agricultor.

Fica claro, nessa construção teórica, que o funcionamento de uma exploração familiar passa necessariamente pela família enquanto elemento básico de gestão financeira (destinação dos recursos auferidos), e do trabalho total disponível internamente na unidade do conjunto familiar. Nesse sentido, as decisões sobre a renda líquida obtida com a venda da produção, fruto do trabalho da família, pouco tem a ver com a categoria *lucro puro* de uma empresa, resultado da diferença entre renda bruta e custo total.

O projeto familiar é o centro das decisões tomadas pelo conjunto da família. O passado e o futuro permeiam essas decisões, e os entornos agroecológicos e socioeconômicos constituem a base e o limite das decisões. Todo o sistema de produção está ligado às gestões do trabalho e das finanças, e ao projeto familiar conjunto associado ao ciclo de vida.

2.3. O Preço recebido pelo agricultor familiar

Face ao comportamento do agricultor familiar em relação à gestão do seu próprio negócio, e a influência da família, pode-se descortinar importâncias no que tange à participação dos diferentes componentes que formam o preço de mercado, ou o preço recebido pelo agricultor.

O conjunto de agricultores com formato de produtores mercantis, ou seja, aqueles com algum grau de inserção no mercado, está mais propenso, no seu processo decisório, a aceitar parcelas variadas sobre a remuneração dos meios empregados na produção e no uso da terra na forma de renda. Ou seja, para o agricultor familiar tanto o lucro esperado quanto o rendimento da terra não são elementos definidores *strictu sensu* na formação do preço recebido, e, portanto, na sua decisão de produzir.

Os estudos de Marx voltados ao entendimento do processo global da produção capitalista não se aprofundaram nas questões referentes à produção camponesa, nem tampouco nos problemas ambientais advindos da exploração da natureza. Nesse sentido, não se detecta, no conjunto da sua obra, um corpo teórico específico relativo a essas questões, mas, sim, existem passagens em que são levantados pontos e ligações com os temas campesinato e meio ambiente¹².

No caso da produção camponesa, ao camponês dono da terra não se paga arrendamento, e a renda não se configura como uma forma particular de *mais valia*. Mesmo que se apresente como um ganho suplementar, essa renda pertence ao agricultor camponês, a quem vai ser atribuído todo o rendimento do trabalho. Parte preponderante do produto gerado vai para o consumo, garantindo a sobrevivência do grupo familiar. De forma que “o lucro médio do capital não limita a exploração da pequena propriedade, enquanto o camponês é pequeno capitalista; tampouco a limita a necessidade de uma renda, enquanto ele é proprietário da terra. Embora pequeno capitalista, o único limite absoluto para ele é o salário que paga a si mesmo, após deduzir os custos propriamente ditos. Enquanto o preço do produto cobrir os custos, cultivará a terra, e, freqüentes vezes, submetendo-se a salário reduzido, ao mínimo vital” (MARX (b), s.d.: 923.)¹³. E complementa (pág. 923/924): “Não é mister portanto que o preço de mercado atinja o valor ou o preço de produção do produto. Essa é uma das razões de o preço do trigo em países onde domina a propriedade parcelária estar mais baixo que nos países de produção capitalista.

Parte do trabalho excedente dos camponeses que lidam nas condições mais desfavoráveis é dada de graça à sociedade e não

contribui para regular os preços de produção, nem para formar o valor em geral.” Portanto, não é necessário que o preço de venda da mercadoria alcance o preço de produção, embora esse preço mais baixo, assim estipulado, somente resulte na pobreza dos agricultores camponeses, uma vez que o seu trabalho excedente, em especial daqueles que produzem nas piores condições, é cedido à sociedade e não entra na regulação geral dos preços de produção.

A análise marxista se direciona ao descobrimento dos mecanismos da formação dos preços de custos (custos de produção) e preços de mercado, e à dinâmica das classes sociais na obtenção das suas fatias nesses preços.

Para Marx, de um lado, a pequena propriedade representava um entrave no desenvolvimento das forças sociais do trabalho e da aplicação da ciência; de outro, e isso também vale para a grande exploração, o investimento feito na compra de terra faz com que se diminua o capital aplicado na produção propriamente dita. De tal sorte que, e aí é importante perceber o contexto histórico dos seus postulados, o arrendatário produtivo tem que drenar seus recursos ao proprietário de terra (improdutivo), diminuindo seus investimentos na produção agrícola. É por isso que sua crítica à pequena propriedade se dá enquanto crítica à propriedade privada, que, no desenvolvimento das forças capitalistas, vai representar um entrave no processo produtivo da agricultura.

A forma de produção camponesa pressupõe, segundo ele, que a população rural seja predominantemente maior que a urbana, e nesse caso é perfeitamente natural que a maior parte de seu produto seja autoconsumida, sendo comercializado às cidades apenas o excedente. Portanto, implica não haver condições

¹²No livro 3, em parte dedicado ao movimento capitalista na agricultura e à formação do preço das mercadorias, incluindo preço de custo, lucro médio e renda da terra, encontram-se passagens sobre a pequena produção e as implicações com o lucro e a renda (MARX, (b) s.d., Capítulo XLVII: Gênese da Renda Fundiária Capitalista).

¹³Ver item “A Parceria e a Pequena Propriedade Camponesa”, MARX (b), s.d.

materiais para um desenvolvimento capitalista, impedindo uma agricultura racional que atenda às populações urbanas crescentes.

Na evolução capitalista, a grande propriedade vai se impor, e da mesma forma que a pequena, embora por razões diferentes, vai acabar colocando limites à produção agropecuária pela característica da propriedade privada da terra. Num certo sentido, o pensamento marxista sobre a economia camponesa, dentro de uma abordagem determinista (absoluta) da história, pode-se resumir na seguinte frase (pág. 931): "A pequena propriedade fundiária gera uma classe até certo ponto à margem da sociedade e que combina toda a crueza das formas sociais primitivas com todos os sofrimentos e todas as misérias dos países civilizados".

No entanto, de acordo com CHAYANOV, (1981:134.), a unidade econômica familiar "...tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de *lucratividade*" (grifo da autora). Para ele e seus seguidores, o instrumental analítico sobre as empresas de economia capitalista não era suficiente para apreender a lógica de funcionamento da unidade de produção familiar camponesa, por elas apresentarem uma motivação econômica diferente, sendo essa o equilíbrio entre o trabalho e o consumo (mínimo de fadiga no trabalho e máximo de satisfação das necessidades de consumo próprio e da família). A condição básica da permanência da estrutura familiar no campo pode ser resumida no balanço entre trabalho e consumo.

A partir de um entorno agroecológico a família faz gestões do trabalho e das finanças de um determinado sistema de produção, com base no seu passado (história) e conhecimento técnico, e com vistas a um futuro almejado como projeto familiar. Para tanto, o conjunto familiar toma decisões estratégicas, táticas e técnicas.

As especificidades da organização familiar, operando em três direções não disso-

ciadas - produção, consumo e acumulação de patrimônio - lhe alicerça uma lógica de produção-reprodução em que, a cada geração, se procura assegurar um nível de vida estável para o conjunto da família e a reprodução dos meios de produção. Esse mecanismo conduz a menores necessidades econômicas para manter (daí a sustentabilidade) esse agricultor na produção. Dentro desses parâmetros, o sistema camponês agrícola é uma unidade de trabalho e consumo, e não uma unidade capitalista.

3. O LUCRO NA CONTRAMÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL

O lucro como a transformação da *mais valia* expropriada do trabalhador se posiciona na contramão do desenvolvimento que pretenda ser sustentável nos seus três eixos básicos: ambiental, econômico e social. Dito de outra forma: no desenvolvimento rural, a agricultura familiar está na direção da produção agrícola sustentável.

Dado que para os empresários capitalistas as diferenças entre *preço de custo* (despesas com a produção propriamente dita), *preço de produção* (custo + lucro médio + renda diferencial) e *preço de mercado* (preço de produção + renda absoluta) estão teoricamente definidas quando da decisão de produzir, espera-se que, no quadro das forças de mercado, a realização dos produtos agrícolas, pelo menos no médio e longo prazos, cubra todas as parcelas relativas ao preço anteriormente estabelecido.

Ao dissociar o trabalhador dos seus meios de produção e estabelecer a *mais valia* na forma de lucro como motor do processo capitalista de produção, a reprodução ampliada do capital se manifesta, configurando a necessidade da acumulação em escala cada vez maior para a sobrevivência desse modo de produção. Ao aumentar a relação capital – número de trabalhadores e ao aumentar o nível

de acúmulo de bens de capital em relação à mão-de-obra, crescem a poluição e o poder de agressão ao ambiente. Mesmo que a procura por uma base técnica de menor impacto ambiental faça parte do ideário capitalista de sustentabilidade, ela não interrompe a espiral crescente de agressão dada pelo acúmulo de capital na natureza por ser um movimento intrínseco ao desenvolvimento do processo produtivo.

Logo, a acumulação e o lucro, ao impor uma produção sempre e indefinidamente crescente, se colocam, do ponto de vista ambiental, como uma contraposição à uma produção sustentável. Para esse movimento vai necessitar da concentração dos meios de produção e, também socialmente, torna-se cada vez mais difícil a sustentabilidade pela desigualdade obrigatória que se estabelece.

Por fim, a necessidade do preço da mercadoria conter a lucratividade faz com que o capitalista não se coloque limites aos lucros extras, sempre almejados, induzindo ao crescimento dos preços e à desestabilização do processo produtivo¹⁴.

O lucro está na contramão de uma produção sustentável porque está no cerne do modo de produção capitalista, historicamente constituído, cujo impulso é o máximo capital acumulado, que não é apenas uma massa crescente de bens materiais produzidos pelo homem, mas sim uma *relação social de produção*, que ao se consubstanciar no interesse precípua do capitalista em produzir bens de troca, não lhe permite sobrepor os interesses sociais a não ser pela produção de mercadorias de qualquer natureza cuja venda lhe aumente o capital aplicado¹⁵.

Enquanto para um empresário estritamente capitalista é fundamental que o preço da mercadoria contenha as frações dos custos totais de produção, da remuneração do capital empregado, e da renda da terra, para o agricultor familiar principalmente esses dois últimos não são definidores na formação do preço recebido e, portanto, na sua decisão de produzir. Ao cobrir as suas despesas efetivas de produção, que lhe permita reproduzir-se socialmente, o agricultor familiar “abre mão” da remuneração dos outros “fatores de produção”, basicamente o lucro médio e a renda da terra. Se for o dono da terra, com muito mais motivo não a remunera. E mais, também não se remunera como “empresário”.

Como ainda consegue trabalhar sem mão-de-obra assalariada, e muitas vezes possui baixos índices de mecanização, o agricultor familiar força ainda mais, em termos médios, o rebaixamento dos custos de produção (sem salários e depreciações), refletindo-se em quedas no preço de mercado quando da realização da produção. Já que o objetivo primeiro desse agricultor é a sua subsistência e da sua família, a acumulação deixa de ser o mote básico para a satisfação das suas necessidades. A idéia é que o peso que a produção familiar ainda tem na oferta agrícola leva a um rebaixamento dos custos de produção médios, pelos argumentos descritos anteriormente, e pela não “imposição” do preço da mercadoria precisar, obrigatoriamente, conter as fatias do lucro médio esperado pelo empresário e a renda da terra, fato que direciona a uma maior estabilidade econômica-produtiva.

¹⁴ Esses preços podem não crescer indefinidamente dados os ganhos em produtividade, e porque são pressionados do poder de compra do consumidor.

¹⁵ As *commodities ambientais* podem ser tomadas como um exemplo extremado desse impulso. A transformação da natureza em mercadorias que satisfazem uma necessidade social criada pela evolução do capitalismo, e comercializadas em mercados internacionais, exacerbam a apropriação da natureza em larga escala, atingindo até partes dos ciclos naturais de transformação, como é o caso do “seqüestro do carbono”. “A grande indústria e a grande agricultura industrialmente empreendida atuam em conjunto. Se na origem se distinguem porque a primeira devasta e arruina mais a *força de trabalho*, a força natural do homem, e a segunda, mais diretamente, a *força natural do solo*, mais tarde, em seu desenvolvimento, dão-se as mãos: o sistema industrial no campo passa a debilitar também os trabalhadores, e a indústria e o comércio, a proporcionar à agricultura os meios de *esgotar a terra*” (grifos da autora) (MARX (b), s.d.: 931).

Essa sustentabilidade econômica vai se dar mais em função da sua estrutura familiar e das possibilidades de obter uma renda que lhe permita cobrir as despesas efetivas no curto prazo e repor os meios de produção no longo prazo, do que em tentativas de valorizar o capital empatado, na busca de uma taxa média de lucro para uma reprodução ampliada. Diferentemente de uma empresa capitalista, numa unidade familiar agrícola o critério de maximização de utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível para a satisfação de necessidades empresariais de lucro.

A lógica do consumo é muito forte nos agricultores familiares, e aumentando o tamanho da família crescerá a intensidade do trabalho. Porém, o emprego do trabalho camponês é delimitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares decorrentes da reprodução do conjunto familiar, e não individualmente. Capital e patrimônio se confundem, podendo ocorrer prosperidade familiar sem *renda capitalista*.

4. AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

No estabelecimento do debate atual foi preciso construir a ponte entre os estudos clássicos do começo do século sobre o camponato russo e europeu, e a nova roupagem desse ator social que se transforma à medida que “a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio dessas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais” (WANDERLEY, 1996:2). Isto, no entanto, não implica rupturas totais e definitivas com a tradição do camponês, o que de fato lhe dá condições de “mudar de roupagem” mas não perder sua essência camponesa.

Os traços dos produtores independentes dos primórdios do capitalismo, com essa

nova roupagem, ainda permanecem nesses agricultores, e tornam a agricultura familiar uma situação particular de risco e renda encravada no modo de produção capitalista.

A agricultura familiar se contrapõe à patronal por ser aquela praticada pelo grupo familiar, enquanto a patronal tem base no trabalho assalariado. A força de trabalho que vem da própria família, diferentemente da empresa capitalista, em que a extração e apropriação do trabalho alheio é condição *sine qua non* para a obtenção do lucro, é uma característica forte o suficiente para engatilhar lógicas diferentes de produção, conduzindo a comportamentos sociais e econômicos diferenciados.

Para os agricultores familiares, em especial aqueles com menores capacidades de investimento, o critério familiar de decisão sobre o uso dos recursos é garantir o resultado econômico que cubra a subsistência da família, de sorte que, embora com grande aversão ao risco, paradoxalmente, esses pequenos agricultores familiares acabam, na sua maioria, produzindo as culturas de mercado interno, justamente aquelas com maior risco em relação aos preços recebidos no mercado. Por sua vez, um mercado de alta instabilidade, como o de produtos agrícolas de consumo interno, leva também a um quadro de diversificação das atividades produtivas desses agricultores, devido à base da produção apoiada em apenas um produto gerar uma fonte de rendimentos pouco estável para a subsistência do conjunto familiar.

A análise do funcionamento do SFEA possibilita a apreensão de sua lógica produtiva no contexto do equilíbrio familiar e do comportamento dos entornos ambiental e socioeconômico. As relações entre a organização interna da produção familiar e o mundo externo consubstanciam, no processo de produção e reprodução familiares, questões muito além da procura pela taxa média de lucro que rege os investimentos estritamente capitalistas.

A partir das características da estrutura e do funcionamento do SFEA, pode-se con-

siderar que esses mais se aproximem de um desenvolvimento rural sustentável em relação aos agricultores empresários capitalistas, visto que:

- como o lucro não é condição básica para as decisões de produzir, e o preço recebido pelo agricultor não necessariamente contém essa fração, ocorre maior estabilidade econômica já que a produção pode continuar em prazo mais longo, mesmo sem atingir, no mercado, o preço esperado. O agricultor familiar produz com a expectativa de uma remuneração que lhe permita sobreviver e constituir um patrimônio. As não necessárias remuneração do capital e do trabalho familiar fazem parte das decisões estratégicas do funcionamento do SFEA;
- as propriedades familiares, por apresentarem menor escala produtiva, pressupõem uma melhor distribuição da terra e outros meios de produção. Ademais, por associar negócio e família, produção e consumo, o trabalho torna-se intensivo, e não é desprezível a capacidade dessas unidades, ao intensificar sua produção, de absorver contingentes de mão-de-obra, hoje, marginalizados no próprio campo e nas periferias das cidades;
- ambientalmente as propriedades familiares têm maior diversidade produtiva e menor relação capital-trabalho, o que se expressa numa menor agressão ao ambiente. Cabe lembrar ainda que, a manutenção das qualidades do solo em termos de conservação e fertilidade implica investimentos e, portanto, se privar de parcelas do lucro atual em benefício das gerações futuras. O que se de um lado afasta o empresário-arrendatário desse objetivo, de outro aproxima o agricultor familiar por sua própria dinâmica de preservar o patrimônio para a continuidade da família. A terra para ele não é um objeto de lucro, mas sim parte do patrimônio que lhe permite viver com

a família e legar às gerações vindouras condições para também se reproduzirem como agricultores familiares.

Para que os agricultores possam se inserir num quadro de sustentabilidade ambiental e econômica, é necessário adequar a oferta tecnológica às reais condições produtivas desses agricultores. A potencialidade técnica dos agricultores familiares, em seus diferentes matizes, coloca a necessidade de políticas diferenciadas, concebidas em um processo interativo junto aos agricultores nas suas regiões produtoras, num enfoque de sistemas agrários.

Há que se considerar que a adjetivação sustentável do desenvolvimento e da agricultura não se restringe simplesmente às alterações na base técnica, mas traz consigo a necessidade de políticas que possam, de fato, promover o acesso democrático aos meios de produção e à desconcentração da renda. Mais vontade política no trato dessas interfaces é também fundamental para que maior produtividade agropecuária em bases sustentáveis reflita menores custos de produção e maior estabilidade social dos agricultores familiares.

A agricultura familiar tem que ser vista não no que ela tem de tradicional, mas sim de uma maneira moderna de desenvolvimento do meio rural, e mais, como o locus de estratégias de reprodução social, com o que se rompe a fatalidade histórica da associação entre o desenvolvimento do capitalismo no campo e a grande empresa patronal. Os elementos conceituais da agricultura familiar tornam perceptível o entendimento da permanência do pequeno agricultor familiar no processo de produção agrícola, entendimento esse ressaltado quando se pensa na concretização da utopia da sustentabilidade na agricultura.

O modo de produção capitalista não destruiu as relações familiares na produção agrícola, conforme preconizaram os intelectuais do início do século passado. Os descendentes dos camponeses produtores indepen-

dentes se despiram dos resquícios feudais, adaptaram-se e inovaram nas estratégias reprodutivas, de tal sorte que se tornaram os agricultores familiares atuais, um conjunto heterogêneo, mas a base da produção agrícola nos países desenvolvidos e o sustentáculo da oferta de alimentos de mercado interno em muitos subdesenvolvidos. É possível que o trilho do determinismo histórico do seu desaparecimento esteja mostrando outro desvio que permite vislumbrar a conexão entre a agricultura familiar e a sustentabilidade do desenvolvimento.

Apesar de todas as conseqüências da expansão das relações capitalistas na agricultura, é possível uma visão otimista como proposta para uma nova agricultura. Como o problema não se resume apenas ao meio rural, é o conjunto da sociedade, campo e cidade, que se deve conscientizar da necessidade de se estabelecer novas formas de organização social e de produção na agricultura. A efetiva participação da pequena produção familiar agrícola tem que ser bandeira de luta, também da população urbana, que necessita de alimentos não contaminados e a preços baixos.

A agricultura familiar, ao não se limitar à obtenção do lucro e renda da terra para produzir, ou seja, não necessitar, obrigatoriamente, realizar o lucro nos preços que recebe, não modifica significativamente a quantidade ofertada face às flutuações nos preços, e pode funcionar como um elemento de estabilidade na produção agrícola. Dada as suas características de diversificação/integração de atividades vegetais e animais, e por trabalhar em menores escalas, pode representar a categoria *par excellence* no estabelecimento de uma outra agricultura em que se busquem menores impactos ao ambiente natural e maior equilíbrio social e econômico. É fundamental, porém, que seja alvo de uma política estruturada e implementada para esse fim.

É da consciência social mais ativa e crítica que será possível construir, com base na pequena produção familiar, uma

agricultura reprodutível, diversificada e em bases tecnológicas adaptadas aos diferentes agroecossistemas e que assegurem a sustentabilidade da fertilidade do solo. No confronto com as forças capitalistas de produção é que os pequenos produtores e trabalhadores mais expropriados conseguirão construir novos padrões de organização técnica e social da produção agrícola. Políticas e atitudes governamentais, mais a participação da sociedade civil consciente, fazem parte desse processo de gestação de novas formas de estruturas produtivas familiares como um projeto social alternativo que traça um paralelo com o modelo dominante de modernização agrícola.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, S. & VERGOPOULOS, K. A Questão Agrária e o Capitalismo. Trad. Beatriz Resende, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 179 p. (*Pensamento Crítico*, 15).

CARMO, M. S. do La Production Familiale comme *Locus* de L'agriculture Durable p. 225-244 In ZANONI, M. & LAMARCHE, H. (coord.) *Agriculture et Ruralité au Brésil: un autre modèle de développement*, Paris: Ed. Karthala, 2001. 346p. (ISBN: 2-84586-173-7)

CHAYANOV, A.V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires, Nueva Vision. 1974. 339p.

CHAYANOV, A. V. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas. In: GRAZIANO DASILVA, J. & STOLCKE, V. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 185 p.

DUFUMIER, M. Systèmes de Production et Développement Agricole dans le "Tiers Monde". (*Les Cahiers de la Recherche Développement*, N. 6), 1985, p. 31-38

DURAND, G. Agriculture et Environnement; les apports de la demarche systémique. In: BIENVENU, Catherine & HANTONNE, Pascal (coord.) *Gestion de L'environnement et des Ressources Naturelles Agricoles et Rurales*.

Institut National de Promotion Agricole et Rurale (INPAR), s.d., 263p.

KAUSTSKY, K. *A Questão Agrária*. São Paulo. Proposta Editorial. 1980.

LEFTWICH, R. H. *O sistema de preços e a alocação de recursos*. São Paulo: Pioneira, 6ª edição, 1983.

LENIN, Vladimir I. *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Brasil Debates, 1980. (Coleção Alicerces), 100p.

MARX, Karl (a) *O capital: Crítica da economia política*. Livro terceiro, Vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d., 374 p

MARX, Karl (b) *O capital: Crítica da economia política*. Livro terceiro, Vol. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d., 705-1079p.

MAZOYER, M. et al. *Sistemas de producción campesino: conceptos y resultados*. Academia de Humanismo Cristiano. Santiago de Chile, 1988. (*Série Agricultura y Sociedad*, 6/88).

TEPICHT, J. *Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais*. Paris, Armand Colim, 1973.

VEIGA, J.E. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1991. 219p. (*Estudos rurais*, nº 11).

WANDERLEY, M. de N. B. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambú, 1996. 32p. (mimeo)

WOLF, E. R. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.